

CIBRAFÉRTIL - COMPANHIA BRASILEIRA DE
FERTILIZANTES

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021

CIBRAFÉRTIL - COMPANHIA BRASILEIRA DE FERTILIZANTES

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individual e consolidado

Demonstrações do resultado abrangente individual e consolidado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Cibrafértil - Companhia Brasileira de Fertilizantes
Camaçari - BA

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Cibrafértil - Companhia Brasileira de Fertilizantes ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cibrafértil - Companhia Brasileira de Fertilizantes em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 1 e nº 16 às demonstrações contábeis, que indica que parte substancial das transações é efetuada com partes relacionadas de acordo com as condições negociadas entre as partes e definidas contratualmente.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e a sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 17 de março de 2022.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020		
ATIVOS CIRCULANTES						PASSIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	34.725	16.448	50.135	29.963	Fornecedores	13	140.410	32.833	206.894	36.534
Contas a receber de clientes	5	165.307	69.754	188.120	97.570	Empréstimos e financiamentos	14	295.495	109.910	333.747	155.486
Contratos futuros	6	-	8.893	-	11.900	Contratos futuros	6	304.745	-	347.766	-
Estoques	7	1.567.776	377.001	2.280.560	540.807	Instrumentos financeiros derivativos	24	14.025	42.165	14.025	39.520
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	-	-	-	Salários, provisões e encargos sociais		13.251	8.259	15.444	9.489
Tributos a recuperar	8	68.339	45.084	88.540	62.316	Impostos e contribuições a recolher		2.948	23.213	3.760	23.528
Outros créditos		10.960	24.857	13.443	31.150	Dividendos a pagar		825	825	825	825
Total dos ativos circulantes		1.847.107	542.037	2.620.798	773.706	Adiantamentos de clientes	19	433.563	114.957	522.684	144.568
ATIVOS NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	4	5.433	-	5.433	-	Fornecedores	13	-	-	18.333	-
Contas a receber de clientes	5	9.862	21.834	9.862	21.834	Empréstimos e financiamentos	14	131.798	115.273	131.798	115.273
Partes relacionadas	16	28.988	30.177	556	556	Partes relacionadas	16	750.293	339.260	1.480.323	701.117
Tributos a recuperar	8	41.997	36.399	63.860	58.246	Arrendamento mercantil	18	195	2.226	1.179	3.629
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	92.965	64.663	120.736	94.330	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17	25.526	4.157	25.703	4.365
Depósitos judiciais	17	270	165	346	248	Total dos passivos não circulantes		907.812	460.916	1.657.336	824.384
Outros créditos		43	-	2.845	2.841	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Investimento em controlada	9	214.963	149.483	-	-	Capital social	20	304.906	304.906	304.906	304.906
Propriedade para investimento	10	1.624	1.624	1.624	1.624	Ajustes de avaliação patrimonial		8.835	9.163	8.835	9.163
Ativo de direitos de uso	18	986	2.852	2.107	4.460	Reserva de Lucros		17.935	(120.569)	17.935	(120.569)
Imobilizado	11	200.455	141.495	418.647	278.288	Total do patrimônio líquido		331.676	193.500	331.676	193.500
Intangível	12	4.030	5.384	199.025	202.305	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Total dos ativos não circulantes		601.616	454.076	825.041	664.732			2.448.723	996.113	3.445.839	1.438.438
TOTAL DOS ATIVOS		2.448.723	996.113	3.445.839	1.438.438			2.448.723	996.113	3.445.839	1.438.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R\$ - exceto o resultado básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	21	3.655.539	1.929.650	4.762.884	2.436.773
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	22	(3.462.551)	(1.703.470)	(4.411.597)	(2.181.927)
LUCRO BRUTO		192.988	226.180	351.287	254.846
RECEITAS (DESPESAS)					
Despesas comerciais	22	(20.428)	(23.157)	(20.428)	(25.466)
Despesas gerais e administrativas	22	(52.661)	(18.910)	(54.032)	(18.894)
Honorários da Administração	16.2 e 22	(7.495)	(5.719)	(7.495)	(5.719)
Outras receitas (despesas), líquidas	22	(9.003)	(1.085)	(9.795)	(1.509)
Resultado de equivalência patrimonial	9	71.747	(59.106)	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		175.148	118.203	259.537	203.258
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	23	6.905	4.458	8.773	5.218
Despesas financeiras	23	(72.910)	(37.749)	(95.597)	(49.749)
Variação cambial	23	(2.395)	(4.779)	(42.547)	(75.401)
Total do resultado financeiro		(68.400)	(38.070)	(129.371)	(119.932)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		106.748	80.133	130.166	83.326
Imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	15	3.126	(21.085)	(18.396)	(21.085)
Diferido	15	28.302	2.424	26.406	(769)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		138.176	61.472	138.176	61.472
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)		56,48	25,12		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	138.176	61.472	138.176	61.472
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>138.176</u>	<u>61.472</u>	<u>138.176</u>	<u>61.472</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de incentivos fiscais	Reservar de Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	304.906	9.526	-	(182.404)	132.028
Realização do custo atribuído ("deemed cost"), líquido de impostos	-	(363)	-	363	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	61.472	61.472
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>304.906</u>	<u>9.163</u>	<u>-</u>	<u>(120.569)</u>	<u>193.500</u>
Realização do custo atribuído ("deemed cost"), líquido de impostos	-	(328)	-	328	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	138.176	138.176
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	17.935	(17.935)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>304.906</u>	<u>8.835</u>	<u>17.935</u>	<u>-</u>	<u>331.676</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		138.176	61.472	138.176	61.472
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	11 e 12	10.469	15.017	17.408	18.759
Valor justo dos estoques e dos compromissos	22	35.041	(57.488)	12.247	(74.578)
Amortização de direitos de uso	18	982	1.120	1.469	1.597
Amortização de mais valia de ativos identificados em combinação de negócios	9 e 22	-	-	2.819	3.117
Amortização dos custos de captação	14.2	222	223	222	223
Resultado de equivalência patrimonial	9	(71.747)	59.106	-	-
Ajuste a valor presente, líquido		48.566	23.894	65.310	32.066
Juros e variações monetárias sobre partes relacionadas	16	28.324	133.392	54.396	210.535
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	14.2	27.612	38.855	30.741	45.982
Juros incidentes sobre arrendamento mercantil	18	251	692	442	937
Variação no valor justo de instrumentos financeiros derivativos	23 e 24.5	(33.274)	(138.288)	(14.847)	(148.602)
Resultado na baixa de ativo imobilizado e direito de uso	11	7.614	204	7.949	474
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	(28.302)	(2.424)	(26.599)	769
Constituição (reversão) de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	5 e 22	221	(155)	258	(170)
Perdas estimadas em ativo imobilizado	11	2	4	2	4
Perda estimada em estoques	7	-	147	-	466
Constituição (reversão) para perda de outros ativos		-	175	-	196
Outros		8.577	-	8.825	-
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17 e 22	21.369	648	21.338	756
Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(79.865)	(42.371)	(74.226)	(60.824)
Estoques		(859.675)	80.017	(1.322.414)	99.184
Tributos a recuperar		(15.153)	374	(21.565)	(7.402)
Depósitos judiciais		(105)	(16)	(105)	(16)
Outros créditos		15.010	(5.931)	18.867	(5.866)
Fornecedores		107.577	5.048	151.935	1.635
Salários, provisões e encargos sociais		4.992	978	4.992	978
Impostos e contribuições a recolher		(35.001)	6.201	(35.001)	6.201
Adiantamentos de clientes		318.606	41.628	378.116	53.212
Outras contas a pagar		(5.278)	7.147	5.723	11.116
Juros pagos		(11.307)	(7.691)	(14.047)	(9.900)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(366.096)	221.978	(587.569)	242.321
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Adições ao ativo imobilizado	11	(75.775)	(30.785)	(134.412)	(35.558)
Adições ao intangível	12	(1.072)	(371)	(1.072)	(371)
Recebimento de recursos de partes relacionadas - líquido		1.189	9.670	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(75.658)	(21.486)	(135.484)	(35.929)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aplicações financeiras		(6.603)	-	(6.603)	-
Instrumentos financeiros derivativos liquidados	24.5	5.134	159.168	(10.648)	167.114
Captação de empréstimos e financiamentos	14.2	300.779	167.284	338.170	202.926
Amortização de empréstimos e financiamentos	14.2	(115.447)	(120.386)	(160.551)	(144.946)
Pagamento de arrendamento mercantil		(1.535)	(1.357)	(2.158)	(1.968)
Captação (pagamento) com partes relacionadas, líquido		277.703	(415.125)	585.015	(427.070)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		460.031	(210.416)	743.225	(203.944)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		18.277	(9.924)	20.172	2.448
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	16.448	26.372	29.963	27.515
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	34.725	16.448	50.135	29.963
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		18.277	(9.924)	20.172	2.448

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CIBRAFÉRTIL - COMPANHIA BRASILEIRA DE FERTILIZANTES E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída como uma sociedade por ações de capital fechado, a Cibrafertil - Companhia Brasileira de Fertilizantes ("Companhia" ou "Grupo") está localizada no COPEC (Complexo Petroquímico de Camaçari), município de Camaçari, estado da Bahia, e tem por objeto social a produção, mistura e industrialização de fertilizantes e corretivos químicos, importação e exportação de fertilizantes e corretivos químicos, desenvolvimento de atividades de mineração em todo o território nacional, além da participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, apresentadas são relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e abrangem a Companhia e sua subsidiária integral Agro Industrial São Luiz Ltda. ("Investida", "Controlada" ou "Agro Industrial").

A Agro Industrial São Luiz Ltda. é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, cujo principal objetivo é a comercialização, mistura e industrialização de fertilizantes e corretivos químicos, importação e exportação de fertilizantes e corretivos químicos. As formulações dos seus compostos variam dependendo da necessidade de cada cliente, região e cultura. Suas atividades preponderantes consistem na mistura e comercialização de fertilizantes minerais ou químicos e na prestação de serviços de transporte.

1.1. Principais medidas e impactos decorrentes da COVID 19

Desde 2020, o mundo vem enfrentando uma pandemia relacionada a um novo vírus, o COVID-19. A pandemia está afetando de forma significativa a economia de diversos países, incluindo o Brasil.

Diante desse cenário, a Companhia e sua controlada têm mantido monitoramento constante sobre a evolução da pandemia e seus possíveis efeitos sobre seus negócios e nas comunidades onde atuam. Esse monitoramento inclui: i) impacto sobre o preço dos fertilizantes; ii) impacto sobre câmbio; iii) impacto sobre a cadeia de suprimentos e transporte; iv) impacto sobre a disponibilidade de mão de obra e sobre seus colaboradores; v) impacto sobre os clientes; entre outros. Até o momento, as operações da Companhia e de sua controlada, que são atividades essenciais, não sofreram nenhum impacto significativo.

Adicionalmente, o Grupo adotou medidas de segurança e saúde em suas unidades produtivas em linha com as melhores práticas recomendadas pelas autoridades de saúde. Todos os profissionais dos setores administrativos estão trabalhando em regime home office desde março de 2020, regime esse que foi adotado de forma permanente para esses profissionais a partir do segundo trimestre de 2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC as normas internacionais de relatórios financeiros ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras, foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada.

2.4. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

2.5. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas apresentada

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia e de sua controlada, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Companhia anualmente efetua o teste de recuperação de seus ativos imobilizado, intangível e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, ou ainda sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável. O valor recuperável dos ativos foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para o período de 10 anos e as premissas utilizadas pela Companhia estão descritas na nota explicativa nº 11.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia e sua controlada revisam anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil definida, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas adequadas para refletir as vidas úteis dos mesmos.
- (iii) Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa: referidas provisões são constituídas com base no julgamento da Administração e em valores suficientes para cobrir perdas futuras estimadas no recebimento de clientes.
- (iv) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
- (v) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são reconhecidos até o limite dos lucros tributáveis futuros, cuja estimativa realizada pela Administração leva em consideração, aumento no volume de vendas de fertilizantes, premissas de mercado tais como taxa de juros, câmbio, crescimento econômico, entre outras.
- (vi) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 24 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

2.6. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas utilizando informações da Companhia e de sua controlada na mesma data-base, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes.

A Empresa controlada é consolidada a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

No processo de consolidação, os saldos das contas patrimoniais e das contas de resultado correspondentes a transações realizadas com a controlada são eliminados, bem como, os ganhos e perdas não realizados e os investimentos nessa controlada e seus respectivos resultados de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora os investimentos em controladas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

3.1. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos a qual é parte. Ativos financeiros são reconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato a qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro".

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia e sua controlada mantinha os seguintes itens nas classificações de instrumentos financeiros:

- Custo amortizado: contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e adiantamentos de clientes.
- Valor justo por meio de resultado: instrumentos financeiros derivativos, contratos futuros e caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia e sua controlada avaliam mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros. Uma estimativa por perda é reconhecida quando há evidências objetivas que a Companhia não conseguirá receber todos os montantes a vencer ou vencidos.

3.2. Derivativos

A Companhia e sua controlada detém instrumentos financeiros derivativos para se proteger de riscos relativos a variações de moedas estrangeiras. A Companhia e sua controlada não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, bem como não realiza operações envolvendo os chamados "derivativos exóticos".

Como gestão da sua política de proteção, a Companhia e sua controlada utiliza instrumentos financeiros derivativos ("Non-Deliverable Forward - NDFs" e "swaps" cambiais) com o objetivo das obrigações com fornecedores estrangeiros e dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira, e, para tanto, contrata operações nos mercados futuros para proteção das oscilações no valor justo das operações realizadas em moeda estrangeira.

O objetivo das operações envolvendo derivativos está sempre relacionado à operação da Companhia e/ou associada à mitigação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas "versus" as condições vigentes no mercado.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de sua controlada. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo e seus custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com vencimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.4. Contas a receber de clientes

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para perda em créditos esperadas, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o pronunciamento técnico CPC 48. A provisão para perda em créditos esperadas, quando aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

3.5. Estoques e contratos futuros

Os estoques de fertilizantes (commodities) comercializados pela Companhia e sua controlada são avaliados pelo valor justo. Para reduzir o risco de preços causados pelas oscilações do mercado, e conforme Política de Risco do Grupo, a Companhia realiza o monitoramento diário do total de sua exposição por tipo de fertilizante e, eventualmente, o Grupo realiza operações com futuros para minimizar a posição líquida de estoques de commodities, resultante da posição física dos compromissos futuros de compras e vendas. Alterações no valor justo desses estoques são reconhecidas no resultado como um componente do custo dos produtos vendidos. Estes produtos são facilmente negociáveis e possuem preços cotados no mercado ativo que são divulgados regularmente por agentes de mercado.

Ganhos não realizados nos compromissos de compras e vendas de fertilizantes, contratos de futuros, representam o valor justo desses instrumentos e são classificados no balanço da Empresa como recebíveis. Perdas não realizadas nos compromissos de compras e vendas de fertilizantes, contratos de futuros, representam o valor justo desses instrumentos e são classificados no balanço da Empresa como contas a pagar.

O estoque de fertilizantes industrializadas pela Companhia e os demais estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, transformação, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos para trazer os estoques às localidades e condições de venda. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

Os valores desses estoques contabilizados não excedem ao seu valor realizável líquido de mercado. O valor realizável líquido de mercado é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

3.6. Propriedade para investimento

O saldo apresentado no grupo de "propriedade para investimento" representa o valor ao custo dos investimentos realizados em terras pela Companhia.

A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do terreno (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

3.7. Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, construção e custo atribuído, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como gastos com manutenções relevantes, à medida que seja provável que benefícios econômicos futuros associados a esses gastos sejam auferidos pela Companhia.

Em virtude da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência das práticas brasileiras às internacionais, na adoção inicial do pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia procedeu à avaliação de parte de seus ativos pelo custo atribuído ("deemed cost") conforme facultado pela interpretação técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 (R1) e 43 (R1). Os efeitos da atribuição do novo custo dos ativos mencionados tiveram como contrapartida a rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, já deduzidos os efeitos fiscais estimados.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" no resultado.

As depreciações acumuladas são computadas no resultado do exercício pelo método linear, às taxas mencionadas a seguir, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens e o seu valor de recuperação.

<u>Natureza do ativo</u>	<u>Vida útil em anos</u>
Edificações	25
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

3.8. Ativo de direito de uso e arrendamento mercantil

A Companhia avalia se uma operação é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais o Grupo seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, o Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento ou pela sua taxa incremental de captação, quando a primeira não puder ser prontamente determinada.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que o Grupo espera exercer uma opção de compra de ações, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

3.9. Ativo intangível

Estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados pelo ágio por rentabilidade futura os quais não sofrem amortizações e são testados no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

3.10. Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução ao valor recuperável, ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

3.11. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente.

3.12. Fornecedores

Correspondem às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. São normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.13. Empréstimos e financiamentos

São inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que, na data do vencimento, o saldo contábil corresponda ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos circulantes, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.14. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (ver nota explicativa nº 17).

3.15. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, e variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

3.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os saldos de clientes (venda de fertilizantes) e de partes relacionadas (importações de matéria-prima) foram calculados considerando o prazo de vencimento das faturas, utilizando, para o saldo de clientes, a taxa de juros Certificado de Depósitos Interbancários - CDI e, para o saldo de contas a pagar por compra de matéria prima, a taxa de juros média de 5% a.a. As taxas utilizadas pela Companhia são compatíveis com a natureza, prazo e riscos de transações similares em condições de mercado.

3.17. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares, se houver.

3.18.1 Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda dos produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida.

3.18. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando existe segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. São reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

Âmbito estadual

No estado de Goiás crédito outorgado de 5% sobre a base de cálculo das saídas interestaduais de fertilizantes.

No estado da Bahia a Companhia possui subvenção governamental denominada de "ICMS - Desenvolve", conforme apresentado a seguir:

- Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas importações e nas aquisições no Estado da Bahia e em outra unidade da Federação, relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo imobilizado, para o momento em que ocorrer sua desincorporação.
- Dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento do saldo devedor do ICMS, relativo às operações próprias, gerado em razão dos investimentos previstos no projeto incentivado, conforme regulamento do ICMS Desenvolve.
- Concessão do prazo de 12 anos para fruição dos benefícios, contados a partir da data de sua concessão.
- Sobre cada parcela do ICMS com prazo dilatado, incidirá taxa de juros de 85% da TJLP ao ano ou outra que venha substituí-la, de acordo com regulamento do ICMS Desenvolve.

No que tange à dilação de prazo de 72 meses, ocorrendo a antecipação do recolhimento da parcela com prazo dilatado, a Companhia terá como benefício um desconto de 90% sobre o valor passível de dilação, devendo recolher os 10% restantes à título de ICMS.

Âmbito federal

A Companhia goza, no estado da Bahia, de benefício da redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração, para o período de 10 anos a contar da data de sua concessão, obtidos da Superintendência Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

Esse benefício é registrado como receita no resultado durante o período necessário para confrontar a despesa que a subvenção governamental pretende compensar e, posteriormente, são destinadas à reserva de lucros.

3.19. Tributação

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro tributável do exercício, com elaboração de balanço anual ajustado pelas adições e exclusões admitidas, quando necessário, de acordo com a legislação tributária brasileira, às alíquotas de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Os tributos diferidos foram reconhecidos e gerados pelas diferenças temporárias existentes, tendo sido considerada a capacidade de sua realização. Os tributos relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido e não no resultado.

PIS e COFINS

A Companhia apura o PIS e a COFINS pelo regime não cumulativo. Contudo, as receitas de venda não são tributadas, pois na venda de adubos ou fertilizantes a alíquota está reduzida a zero, conforme Lei nº 10.925/04 e Decreto nº 5.630.

A Companhia, além de ter receitas com a incidência de alíquotas de PIS e COFINS reduzidas a zero, também possui outras receitas, tributadas pelo regime não cumulativo pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota combinada de 9,25%.

Adicionalmente, com a edição do Decreto nº 8.426/15, o Governo Federal reestabeleceu as alíquotas de PIS e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime não-cumulativo. Assim, a partir de 1º de julho de 2015, as receitas financeiras auferidas pela Companhia e sua controlada, anteriormente beneficiadas com alíquota zero, passam a estar sujeitas à incidência do PIS e da COFINS às alíquotas de 0,65% e 4,00% respectivamente.

ICMS

Com relação as vendas dentro do Estado da Bahia, o Decreto nº 16.284, de 18 de agosto de 2015, alterou o benefício fiscal, retirando a isenção a partir de 1º de setembro de 2015 de modo que a alíquota efetiva corresponda a 4%.

Quanto às receitas de venda para outros estados da Federação, elas estão sujeitas as alíquotas vigentes que montam uma alíquota média de aproximadamente 12%, de acordo com o Convênio ICMS nº 100/97 da CONFAZ, prorrogado até 30 de abril de 2020 pelo Convênio ICMS nº 198/2019. Nestas vendas fora do estado há a redução da base de cálculo em 70%.

3.20. Demonstração dos fluxos de caixa

Foi preparada e está apresentada de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBC TG 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

3.21. Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. No caso da Companhia, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, pois esta não possui ações potenciais diluidoras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	11.086	475	20.362	814
Aplicações financeiras	29.072	15.973	35.206	29.149
	<u>40.158</u>	<u>16.448</u>	<u>55.568</u>	<u>29.963</u>
Apresentados como:				
Circulantes	34.725	16.448	50.135	29.963
Não circulantes	5.433	-	5.433	-
	<u>40.158</u>	<u>16.448</u>	<u>55.568</u>	<u>29.963</u>

As aplicações financeiras referem-se a títulos de renda fixa remunerados à taxa média de 166% do CDI na controladora e 141% do CDI no consolidado.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
Contas a receber de clientes	179.765	94.117	203.827	122.724
Ajuste a valor presente	(2.094)	(248)	(2.554)	(287)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(2.502)	(2.281)	(3.291)	(3.033)
	<u>175.169</u>	<u>91.588</u>	<u>197.982</u>	<u>119.404</u>
Apresentados como:				
Circulantes	165.307	69.754	188.120	97.570
Não circulantes	9.862	21.834	9.862	21.834
	<u>175.169</u>	<u>91.588</u>	<u>197.982</u>	<u>119.404</u>

A composição das contas a receber por idade de vencimento é descrita como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	172.811	90.971	195.177	117.917
Vencidas até 30 dias	2.171	1.251	3.038	1.780
Vencidas entre 31 e 120 dias	908	341	908	920
Vencidas há mais de 121 dias	1.781	1.306	2.150	1.820
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(2.502)	(2.281)	(3.291)	(3.033)
	<u>175.169</u>	<u>91.588</u>	<u>197.982</u>	<u>119.404</u>

Não há saldos de contas a receber dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

5.1. Perdas estimadas em créditos

A Companhia e sua controlada estimam a perda de clientes com análise individual de eventos extraordinários que demandem alguma definição especial. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia concluiu pela constituição de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$221 (controladora) e R\$258 (consolidado). Em 31 de dezembro de 2020, concluiu pela reversão de perdas estimadas dos montantes de R\$155 (controladora) e R\$170 (consolidado).

A Administração entende que as perdas de créditos esperadas foram constituídas em montante suficiente para cobrir prováveis perdas em contas a receber de acordo com análise interna efetuada pela Administração.

6. CONTRATOS FUTUROS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Compromissos firmes de venda (a)	(313.669)	2.674	(361.348)	5.656
Compromissos firmes de compra (b)	8.924	6.219	13.582	6.244
	<u>(304.745)</u>	<u>8.893</u>	<u>(347.766)</u>	<u>11.900</u>
Classificados como:				
Ativo circulante	-	8.893	-	11.900
Passivo circulante	304.745	-	347.766	-

(a) Refere-se ao valor justo dos compromissos firmes de venda para entrega futura de fertilizantes com efetiva movimentação física, firmados pela Companhia e sua controlada.

- (b) Referem-se a compromissos firmes de compra de fertilizantes para entrega futura mensurados a valor justo. São compromissos pactuados pela Companhia e sua controlada com fornecedores nacionais e internacionais para os quais haverá a efetiva movimentação física.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fertilizantes (a)	1.254.142	351.827	1.878.115	508.721
Ajuste de marcação a mercado (b)	301.588	22.991	376.016	28.597
Adiantamento a fornecedores (c)	6.787	-	9.121	18
Outros (d)	5.259	2.183	17.308	3.471
	<u>1.567.776</u>	<u>377.001</u>	<u>2.280.560</u>	<u>540.807</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2021, R\$392.310 (controladora) e R\$603.158 (consolidado) do saldo total de estoques de fertilizantes representavam "importações em andamento".
- (b) Refere-se a ajuste pela mensuração dos estoques de fertilizantes ao valor justo.
- (c) Representam adiantamentos para fornecedores de materiais diversos.
- (d) São representados, substancialmente, por estoque de embalagens e itens do almoxarifado.

Não há saldos de estoques dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
COFINS a recuperar (a)	43.230	31.812	62.149	50.492
PIS a recuperar (a)	12.608	10.974	18.160	16.077
Imposto de renda e contribuição social	38.736	25.692	43.368	32.885
ICMS a recuperar	15.736	12.977	29.276	21.080
Outros impostos a recuperar	26	28	27	28
(-) Provisão para perda	-	-	(580)	-
	<u>110.336</u>	<u>81.483</u>	<u>152.400</u>	<u>120.562</u>
Circulantes	68.339	45.084	88.540	62.316
Não circulantes	41.997	36.399	63.860	58.246
	<u>110.336</u>	<u>81.483</u>	<u>152.400</u>	<u>120.562</u>

- (a) Refere-se a crédito apurado de acordo com as Leis nº 10.637/02 (PIS) e nº 10.833/03 (COFINS), pela sistemática da não-cumulatividade. A Companhia e sua controlada efetuaram pedidos de restituição de tais créditos tributários no montante de R\$28.705 (controladora) e R\$33.630 (consolidado) e aguardam homologação da Receita Federal.

9. INVESTIMENTO EM CONTROLADA (CONTROLADORA)

A composição da conta de investimento está assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Agro Industrial São Luiz Ltda.	(61.828)	(136.397)
Mais-valia do imobilizado	81.911	89.027
Mais-valia do intangível	17.153	19.126
Ágio na aquisição de investimento	<u>177.727</u>	<u>177.727</u>
	<u>214.963</u>	<u>149.483</u>

Análise de "impairment" do ágio

A Companhia procedeu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a revisão do valor recuperável de ágio utilizando o método do valor em uso dos ativos. A taxa de desconto real (calculada pela metodologia WACC) usada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos projetos foi de 10,18%a.a. (31 de dezembro de 2020, 11,56% a.a.). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não identificou provisão para perda do valor recuperável.

9.1. Informações sobre a investida

<u>Data base</u>	<u>Quantidade de cotas</u>	<u>Participação no capital</u>	<u>Patrimônio líquido (negativo) da investida</u>	<u>Lucro (Prejuízo) do exercício</u>
31/12/2020	210.519.784	100%	(136.397)	(55.989)
31/12/2021	210.519.784	100%	(61.828)	74.569

9.2. Movimentação do investimento

O quadro a seguir demonstra a movimentação do investimento na controlada, apresentado nas demonstrações financeiras da Companhia, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	208.589
Resultado de equivalência patrimonial	(55.989)
Realização de mais valia	<u>(3.117)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	149.483
Resultado de equivalência patrimonial	74.569
Realização de mais valia	(2.819)
Baixa de mais-valia	<u>(6.270)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>214.963</u>

10. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

A Companhia possui terreno localizado no Estado de Mato Grosso/MT, oriundo da consolidação contratual de alienação fiduciária de saldo de contas a receber de clientes. Este terreno pode futuramente ser negociado com outras partes.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Propriedade para investimento	<u>1.624</u>	<u>1.624</u>
	<u>1.624</u>	<u>1.624</u>

A Administração da Companhia avaliou o efeito da determinação do valor justo da propriedade para investimento. A avaliação da propriedade para investimento levou em consideração, principalmente, premissas como preço médio do metro quadrado e localização. As análises efetuadas refletem a melhor estimativa da administração quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros da propriedade.

Após realização do estudo, foi determinado um valor justo no montante de R\$ 4.623 (R\$3.491, em 31 de dezembro de 2020).

11. IMOBILIZADO

A seguir demonstramos o mapa de movimentação para o exercício findo em 31 de dezembro 2021:

Controladora

	<u>2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>2021</u>
Terrenos	18.537	5.370	-	-	23.907	105	(6.227)	16	17.801
Edificações e instalações	89.127	1.084	-	4.441	94.652	9.182	(1.173)	11.577	114.238
Máquinas e equipamentos	51.626	193	(1.298)	15	50.536	2.096	(67)	7.198	59.763
Outros	3.036	579	-	211	3.826	727	(552)	19	4.020
Veículos	272	331	-	-	603	-	(227)	-	376
Adiantamentos à fornecedores	676	-	(123)	-	553	19.712	-	-	20.265
Perda estimada	(550)	(4)	-	-	(554)	(2)	-	-	(556)
Imobilizado em andamento	<u>6.620</u>	<u>23.228</u>	<u>-</u>	<u>(9.290)</u>	<u>20.558</u>	<u>43.953</u>	<u>-</u>	<u>(19.966)</u>	<u>44.545</u>
Total do custo	<u>169.344</u>	<u>30.781</u>	<u>(1.421)</u>	<u>(4.623)</u>	<u>194.081</u>	<u>75.773</u>	<u>(8.246)</u>	<u>(1.156)</u>	<u>260.452</u>
Edificações e instalações	(16.117)	(3.794)	-	-	(19.911)	(4.068)	216	-	(23.763)
Máquinas e equipamentos	(28.386)	(8.355)	1.217	4.866	(30.658)	(3.397)	51	-	(34.004)
Outros	(1.443)	(454)	-	40	(1.857)	(510)	243	-	(2.124)
Veículos	(94)	(66)	-	-	(160)	(90)	144	-	(106)
Total da depreciação	<u>(46.040)</u>	<u>(12.669)</u>	<u>1.217</u>	<u>4.906</u>	<u>(52.586)</u>	<u>(8.065)</u>	<u>654</u>	<u>-</u>	<u>(59.997)</u>
Total líquido	<u>123.304</u>	<u>18.112</u>	<u>(204)</u>	<u>283</u>	<u>141.495</u>	<u>67.708</u>	<u>(7.592)</u>	<u>(1.156)</u>	<u>200.455</u>

Consolidado

	2019	Adições	Baixas	Amortização da mais valia	Transferências	2020	Adições	Baixas	Baixa e Amortização da mais valia	Transferências	2021
<u>Custo</u>											
Terrenos	76.196	5.370	-	-	-	81.566	105	(6.528)	(5.659)	16	69.500
Edificações e instalações	167.003	1.710	-	(1.368)	4.622	171.967	9.734	(1.173)	(1.368)	12.363	191.523
Máquinas e equipamentos	65.099	2.102	(2.183)	(85)	2.340	67.273	5.386	(67)	(85)	7.274	79.781
Outros	4.148	579	(17)	-	210	4.920	1.349	(552)	-	54	5.771
Veículos	1.142	333	(33)	-	-	1.442	-	(229)	-	-	1.213
Adiantamento à fornecedores	676	-	(123)	-	-	553	19.712	-	-	-	20.265
Perda estimada	(584)	(4)	-	-	-	(588)	(2)	-	-	-	(590)
Imobilizado em andamento	7.789	25.464	-	-	(11.796)	21.457	134.712	(37)	-	(20.863)	135.269
Total do custo	<u>321.469</u>	<u>35.554</u>	<u>(2.356)</u>	<u>(1.453)</u>	<u>(4.624)</u>	<u>348.590</u>	<u>170.996</u>	<u>(8.586)</u>	<u>(7.112)</u>	<u>(1.156)</u>	<u>502.732</u>
<u>Depreciação</u>											
Edificações e instalações	(22.631)	(5.172)	-	-	-	(27.803)	(5.534)	216	-	-	(33.121)
Máquinas e equipamentos	(36.029)	(10.388)	1.832	-	4.866	(39.719)	(8.153)	51	-	-	(47.821)
Outros	(1.713)	(462)	33	-	40	(2.102)	(653)	243	-	-	(2.512)
Veículos	(521)	(174)	17	-	-	(678)	(98)	145	-	-	(631)
Total da depreciação	<u>(60.894)</u>	<u>(16.196)</u>	<u>1.882</u>	<u>-</u>	<u>4.906</u>	<u>(70.302)</u>	<u>(14.438)</u>	<u>655</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(84.085)</u>
Total líquido	<u>260.575</u>	<u>19.358</u>	<u>(474)</u>	<u>(1.453)</u>	<u>282</u>	<u>278.288</u>	<u>156.558</u>	<u>(7.931)</u>	<u>(7.112)</u>	<u>(1.156)</u>	<u>418.647</u>

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia e sua controlada realizou a revisão da vida útil desses ativos com base no uso e na estimativa de uso dos ativos e não identificou necessidade de alteração da vida útil econômica utilizada. A Administração também não identificou nenhum indicativo sobre uma possível perda do valor recuperável de seus ativos.

As obras em andamento referem-se, basicamente, a projetos de expansão da Companhia e da sua controlada que incluem a aquisição e construção de novas unidades misturadoras.

12. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ágio na aquisição de investimento (a)	-	-	177.727	177.727
Ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios (b)	-	-	17.153	19.126
Softwares (c)	4.030	5.384	4.145	5.452
Total	4.030	5.384	199.025	202.305

- (a) Ágio pago na aquisição da Agroindustrial São Luiz Ltda., alocado como rentabilidade futura.
- (b) Ativos intangíveis identificados na alocação do preço de compra pago na aquisição da Agroindustrial São Luiz, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9. A composição dos valores identificados e respectivas vidas úteis estão demonstradas a seguir:

	Vida Útil (anos)	2021			2020
		Valor	Amortização Acumulada	Saldo	Saldo
Carteira de clientes	11	27.179	(10.494)	16.685	18.656
Acordo de não competição	5	1.381	(913)	468	470
		28.560	(11.407)	17.153	19.126

- (c) Referem-se principalmente aos gastos com aquisição e implantação de sistemas de informação e licenças para utilização de software cuja vida útil é de cinco anos (amortização de 20% ao ano).

O quadro a seguir demonstra a movimentação do intangível (controlada e consolidado), apresentado nas demonstrações financeiras da Companhia, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.361	206.162
Adições	371	371
Amortização de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios	-	(1.665)
Amortização softwares	(2.348)	(2.563)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.384	202.305
Adições	1.072	1.198
Amortização de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios	-	(1.972)
Baixas	(22)	(22)
Amortização softwares	(2.404)	(2.484)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.030	199.025

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Nacionais	8.937	5.861	59.201	9.562
Estrangeiros	131.473	26.972	166.026	26.972
	140.410	32.833	225.227	36.534
Apresentados como:				
Circulantes	140.410	32.833	206.894	36.534
Não circulantes	-	-	18.333	-
	140.410	32.833	225.227	36.534

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Moeda	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
CCB	R\$	11/2023	57.496	63.070	86.109	91.526
Empréstimo externo	US\$ e EUR	12/2025	95.561	48.697	95.561	48.697
FINIMP	US\$	12/2022	153.977	18.007	163.616	34.098
NCE	R\$	07/2023	41.909	1.607	41.909	1.607
Investimento	R\$	-	-	-	-	1.028
Investimento e capital de giro	US\$	01/2025	78.350	93.802	78.350	93.803
			<u>427.293</u>	<u>225.183</u>	<u>465.545</u>	<u>270.759</u>
Classificados em:						
Circulantes			295.495	109.910	333.747	155.486
Não circulantes			<u>131.798</u>	<u>115.273</u>	<u>131.798</u>	<u>115.273</u>
			<u>427.293</u>	<u>225.183</u>	<u>465.545</u>	<u>270.759</u>

14.1. Termos, características e condições

- CCB – são Cédulas de Crédito Bancário.
- Empréstimo externo – empréstimos em moeda estrangeira que possuem contratos de “swap”.
- FINIMP - são financiamentos para importações que, quando em moeda estrangeira, possuem contratos de “swap”.
- NCE: referem-se a Notas de Crédito à Exportação.
- Investimento e capital de giro - contrato assinado entre a Companhia, sua controlada Agro Industrial São Luiz Ltda., Paribara Sociedad de Responsabilidad Limitad (“Paribara”), acionista controlador da Companhia e o “International Finance Corporation - IFC”, no valor de US\$40.000 (sendo US\$20.000 para Companhia e US\$20.000 para Paribara), tendo como avalista a parte relacionada Cibra Trading Inc. A Paribara é responsável pela garantia em aplicação financeira - “cash colateral”.

As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos com terceiros variam de acordo com as linhas de crédito conforme demonstrativo a seguir:

Linha de crédito	Taxas de juros (a.a.)
CCB	CDI + 2,80% a CDI + 5%
Empréstimos externo	CDI + 3,42% a CDI + 3,75%
FINIMP	CDI + 2,5% a CDI + 4,15%
NCE	CDI + 4,03% a CDI + 4,99%
Investimento e capital de giro	Libor + 2,30%

14.2. Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	146.898	176.474
Juros e variações monetárias provisionados	38.855	45.982
Captação de empréstimos e financiamentos	167.284	202.926
Amortização de principal	(120.386)	(144.946)
Amortização de juros	(7.691)	(9.900)
Amortização de custos de captação	223	223
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>225.183</u>	<u>270.759</u>
Juros e variações monetárias provisionados	27.612	30.741
Captação de empréstimos e financiamentos	300.779	338.170
Amortização de principal	(115.447)	(160.551)
Amortização de juros	(11.056)	(13.796)
Amortização do custo de captação	222	222
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>427.293</u>	<u>465.545</u>

14.3. Escalonamento da dívida

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2021 apresentam a seguinte composição:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2023	53.922	53.922
2024	44.421	44.421
2025	33.455	33.455
	<u>131.798</u>	<u>131.798</u>

14.4. Cláusulas restritivas (“covenants” financeiros)

Exceto pelo financiamento com o IFC, não há cláusulas financeiras restritivas nos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

O financiamento junto ao IFC possui cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros que são apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas do acionista controlador da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as demonstrações financeiras consolidadas do acionista controlador, Paribara Sociedad de Responsabilidad Limitada (“Paribara”), indicavam uma violação ao limite do índice “Liabilities to Tangible Net Worth Ratio” e, portanto, um descumprimento de cláusula financeira restritiva do financiamento com o IFC.

Em 1º de Março de 2022, o IFC emitiu uma carta de consentimento (“Waiver”) permitindo a Paribara aumentar o limite do índice “Liabilities to Tangible Net Worth Ratio” de 2,5x para 3,5x para o período de 31 de dezembro de 2021, com efeito retrospectivo, até 30 de junho de 2022, e um aumento de 2,5x para 3,0x para o período entre 1º de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022. O novo limite concedido pelo IFC permitiu que a Companhia e sua controladora atingissem as cláusulas restritivas.

Considerando o fato descrito acima, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e sua controlada cumpriram adequadamente todas as cláusulas e/ou condições dos contratos vigentes.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

a) Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, despesa fiscal calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e os valores refletidos no resultado dos exercícios de 2021 e de 2020 está demonstrada a seguir:

Controladora

	Imposto de renda e contribuição social	
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do IRPJ e CSLL	106.748	80.133
Alíquota combinada dos tributos	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL à alíquota normal	(36.294)	(27.245)
Adições (exclusões) permanentes:		
Resultado de equivalência patrimonial	26.311	(17.976)
Amortização da mais-valia	(958)	(1.060)
Variação cambial	(6.782)	960
Subvenção para investimento	8.426	5.213
Demais ajustes	6.339	5.330
Efeito do benefício da Lei Complementar nº 160(*)	21.085	-
Lucro da exploração	3.938	4.857
Prejuízo fiscal e base negativa utilizado	9.363	11.260
Total	31.428	(18.661)
Corrente	3.126	(21.085)
Diferido	28.302	2.424
Total do imposto de renda e contribuição social	31.428	(18.661)

Consolidado

	Imposto de renda e contribuição social	
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do IRPJ e CSLL	130.166	83.326
Alíquota do imposto	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL à alíquota normal	(44.256)	(28.331)
Adições (exclusões) permanentes:		
Variação cambial	(6.782)	960
Subvenção para investimento	8.426	5.213
Demais ajustes	6.842	4.385
Lucro da exploração	3.938	4.857
Efeito do benefício da Lei Complementar nº 160 (*)	21.085	-
Prejuízo fiscal e base negativa utilizado	18.757	11.260
Prejuízo fiscal e base negativa não constituído	-	(20.198)
Total	8.010	(21.854)
Corrente	(18.396)	(21.085)
Diferido	26.406	(769)
Total do imposto de renda e contribuição social	8.010	(21.854)

(*) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia, assessorada pelos seus consultores jurídicos, decidiu aplicar a Lei Complementar nº 160/17 na apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social. A Lei Complementar permite que incentivos fiscais, que são considerados subvenções para investimentos, não sejam computados na determinação do lucro real.

A referida lei estabelece como requisito para obtenção do benefício a necessidade de constituição de reserva de incentivo fiscal, registrada em reserva de lucros, no mesmo montante das subvenções não computadas na apuração do IRPJ e CSLL.

O efeito do benefício na apuração de 2020, reconhecido de forma prospectiva no ano de sua adoção, 2021, monta o total de R\$21.085, controladora e consolidado.

Mesmo estando certa do sucesso na adoção do dispositivo legal, considerando a novidade trazida pela norma e a divergência que ainda paira sobre a matéria na esfera administrativa, especialmente no órgão de arrecadação federal, a Companhia decidiu constituir uma provisão para riscos fiscais no mesmo montante do benefício apurado, cuja solicitação de restituição foi feita junta à Receita Federal do Brasil em 15 de fevereiro de 2022.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Ativo fiscal diferido</u>		
Prejuízos fiscais e variação cambial não realizada	58.359	51.768
Valor justo dos estoques e compromissos		(10.813)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	851	776
Custo atribuído - "deemed cost"	(4.240)	(4.409)
Amortização de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios	8.602	7.643
Instrumentos financeiros derivativos	4.768	14.336
Outros	24.625	5.362
	<u>92.965</u>	<u>64.663</u>

Consolidado

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Ativo fiscal diferido</u>		
Prejuízos fiscais e variação cambial não realizada	91.944	85.353
Valor justo dos estoques e compromissos	(9.588)	(13.741)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	1.138	1.377
Custo atribuído - "deemed cost"	(4.240)	(4.409)
Amortização de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios	8.602	7.643
Instrumentos financeiros derivativos	4.768	14.336
Outros	28.112	3.771
Total	<u>120.736</u>	<u>94.330</u>

A estimativa de realização dos tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais é a seguinte:

Controladora

<u>Ano</u>	<u>2021 (*)</u>
2022	8.146
2023	9.109
Após 2024	41.104
Total	<u>58.359</u>

Consolidado

Ano	2021 (*)
2022	17.484
2023	16.884
Após 2024	57.576
Total	91.944

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa acumulados no montante de R\$187.672 (31 de dezembro de 2020, R\$216.034). Embora a Companhia e sua controlada não tenham reconhecido imposto diferido ativo sobre a totalidade do saldo de prejuízos fiscais, os mesmos não possuem prazos de prescrição, todavia, podem ser computados somente até o limite de 30% do lucro tributável anual de acordo com a legislação vigente.

A Administração considera que os ativos diferidos registrados em 31 de dezembro de 2021 decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final de eventos futuros.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração, conforme definições contidas no pronunciamento técnico CPC 05 (R1). Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os saldos em aberto na data-base das demonstrações financeiras provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas, bem como transações durante os exercícios que tenham efeito sobre o resultado são:

16.1. Saldos e transações com partes relacionadas

	Controladora				
	Saldos		Transações		
	Ativos	Passivos	Vendas /(compras)	Ajuste a valor presente	Varição Cambial líquida
Clientes	Fornecedores				
Agro Industrial São Luiz Ltda.	28.432	-	(a)	55.348	-
Paribara Sociedad de Responsabilidad Limitada	556	-		-	-
Cibra Trading Inc.	-	(750.293)	(b)	(3.127.273)	(28.324)
Total em 31 de dezembro de 2021	28.988	(750.293)		(3.071.925)	(28.324)
Total em 31 de dezembro de 2020	30.117	(339.260)		(1.161.388)	(133.392)

	Consolidado				
	Saldos		Transações		
	Ativos	Fornecedores	Compras	Ajuste a valor presente	Varição Cambial líquida
Paribara Sociedad de Responsabilidad Limitada	556	-		-	-
Cibra Trading Inc.	-	(1.480.323)	(b)	(4.288.351)	(54.396)
Total em 31 de dezembro de 2021	556	(1.480.323)		(4.288.351)	(54.396)
Total em 31 de dezembro de 2020	556	(701.117)		(1.599.258)	(210.535)

(a) As transações mantidas com a controlada Agro Industrial São Luiz Ltda. referem-se a compra e venda de produtos e prestação de serviços de industrialização, os quais não serão exigidos nos próximos 12 meses.

- (b) As transações mantidas na rubrica de fornecedores referem-se a compras de matéria-prima no exterior, basicamente em dólar, os quais não serão exigidos nos próximos 12 meses e não terão adição de juros. São registradas ao valor presente, conforme pronunciamento técnico CPC 12, e corrigidos à taxa de juros média equivalente a 2,5% a.s. 2% a.s. (31 de dezembro de 2020, 2,5% a.s.).

16.2 Honorários da Administração

A Companhia considerou como pessoal-chave da Administração os integrantes da sua diretoria executiva, composto pelo diretor presidente, diretor financeiro, diretor de operações e diretor de recursos humanos.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração dos diretores	(3.251)	(2.339)
Encargos sociais de diretores	(1.080)	(747)
Participação nos resultados	(2.683)	(2.264)
Previdência e outros benefícios	(481)	(369)
	<u>(7.495)</u>	<u>(5.719)</u>

Os referidos montantes estão registrados na rubrica "Honorários da Administração". Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração não são partes de contratos e não possuem benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo e remuneração com base em ações.

17. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.509	3.609
Constituição de provisão	<u>648</u>	<u>756</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.157	4.365
Constituição de provisão	<u>21.369</u>	<u>21.338</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>25.526</u>	<u>25.703</u>

Em 31 de dezembro de 2021 as causas cujo prognóstico de perda foi classificado como provável montavam R\$25.526 na controladora (31 de dezembro de 2020, R\$4.157) e R\$20.703 no consolidado (31 de dezembro de 2019, R\$4.365) e se referem a demandas trabalhistas, cíveis e fiscais. Do total provisionado durante o exercício, R\$21.085 refere-se a provisão fiscal em função da adoção da Lei Complementar nº 160/17 cujo benefício constituído e pleiteado monta o mesmo valor (ver nota explicativa nº 15).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia era parte em processos trabalhistas e cíveis, os quais possuíam expectativas de perda consideradas possíveis, nos montantes de R\$2.468 (Em 31 de dezembro de 2020, R\$2.404), na controladora, R\$36.740 no consolidado (em 31 de dezembro de 2020, R\$34.497), de acordo o posicionamento de seus assessores jurídicos. Por este motivo não foi reconhecida qualquer provisão contábil naquela data.

A Administração entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis, já tomados em cada processo, são suficientes para preservar o seu patrimônio.

17.1. Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de depósito judicial é composto como segue:

Natureza dos depósitos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	252	165	297	217
Outros	18	-	49	31
	<u>270</u>	<u>165</u>	<u>346</u>	<u>248</u>

18. ATIVO DE DIREITO DE USO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

A movimentação do direito de uso e do arrendamento mercantil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas a seguir:

Ativo de direito de uso - Edificações

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.202	4.287
Baixas	1.770	1.770
Amortização	<u>(1.120)</u>	<u>(1.597)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.852	4.460
Renegociação	(884)	(884)
Amortização	<u>(982)</u>	<u>(1.469)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>986</u>	<u>2.107</u>

Arrendamento mercantil - Edificações

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.411	4.623
Juros	692	937
Baixas	1.770	1.770
Pagamentos	<u>(1.357)</u>	<u>(1.968)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>3.516</u>	<u>5.362</u>
Juros	251	442
Renegociações	(780)	(821)
Pagamentos	<u>(1.786)</u>	<u>(2.409)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>1.201</u>	<u>2.574</u>

Classificados em:

Circulantes	1.006	1.395
Não circulantes	<u>195</u>	<u>1.179</u>
Total	<u>1.201</u>	<u>2.574</u>

A Administração da Companhia reconheceu como passivo o arrendamento mercantil, mensurado a valor presente dos pagamentos remanescentes descontados por meio da taxa média ponderada incremental de empréstimos e financiamentos da Empresa na data da adoção, equivalente a 12,26% a.a.

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Refere-se a adiantamentos realizados por clientes, visando garantir o preço e entrega dos produtos para safras vindouras, sendo na controladora o montante de R\$433.563 (Em 31 de dezembro de 2020, R\$114.957) e no consolidado R\$522.684 (Em 31 de dezembro de 2020, R\$144.568).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 16 de setembro de 2018, a Sirius Minerals PLC ("Sirius") adquiriu 30% de participação da Companhia sem haver emissão de novas ações.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$304.906, representado por 2.446.667 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal totalmente integralizadas pela Paribara Sociedad de Responsabilidad Limitad e pela Sirius Minerals PLC (acionistas controladores).

Em 19 de julho de 2019, a Sirius Minerals PLC transferiu os 30% de participação que detinha da Companhia em favor do novo acionista York Potash Ltd.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$304.906, representado por 2.446.667 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal totalmente integralizadas pela Paribara Sociedad de Responsabilidad Limitad e pela York Potash Ltd. (acionistas controladores).

Ações ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

20.1. Natureza e propósito das reservas

20.1.1 Reservas de lucros

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva de incentivo fiscal

Refere-se a incentivo fiscal de imposto de renda sobre o lucro da exploração. O imposto de renda é contabilizado incluindo a parcela de incentivos fiscais, sendo o montante correspondente à redução desse tributo registrado a crédito do resultado do exercício e a débito na conta de impostos a pagar. Quando da apuração do resultado, o montante correspondente ao incentivo é transferido da rubrica "Lucros acumulados" para a conta específica de "Reserva de lucros - incentivos fiscais", no patrimônio líquido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, todo o lucro líquido da Companhia foi utilizado para constituir a Reserva de incentivo fiscal.

20.2. Ajustes de avaliação patrimonial

Durante o exercício de 2010, a Companhia, através de especialistas contratados, procedeu a avaliação de seus terrenos e edificações atribuindo a elas um novo custo e uma nova vida útil, conforme facultado na interpretação técnica ICPC 10. O efeito dessa avaliação à época foi reconhecido no balanço de abertura em 1º de janeiro de 2009, deduzido dos efeitos tributários futuros, sendo a realização dessa reserva efetuada à medida que os bens sejam depreciados e/ou alienados.

20.3. Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não há dividendos declarados pois todo o lucro obtido foi destinado à constituição da Reserva de incentivos fiscais.

21. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta de vendas	3.704.550	1.954.163	4.815.360	2.464.077
ICMS incidente sobre vendas	(21.564)	(12.241)	(19.823)	(10.460)
Devoluções e abatimentos concedidos	(21.664)	(12.263)	(25.143)	(16.363)
Outras deduções	(5.783)	(9)	(7.510)	(481)
	<u>3.655.539</u>	<u>1.929.650</u>	<u>4.762.884</u>	<u>2.436.773</u>

A Companhia, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, vendeu 1.596.107 toneladas de fertilizantes (31 de dezembro de 2020, 1.339.071 toneladas). No consolidado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram vendidas 2.053.871 toneladas de fertilizantes (31 de dezembro de 2020, 1.713.445 toneladas).

Subvenções governamentais - ICMS

- (i) A Companhia usufrui de incentivo denominado "ICMS - Desenvolve" que dilata o prazo de pagamento de parte do imposto devido, mas concede desconto se pago à vista. A parcela correspondente ao desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação foi de R\$24.114 (31 de dezembro de 2020, R\$15.142). O valor em questão foi registrado na linha de ICMS incidente sobre vendas.
- (ii) A Companhia usufrui de incentivo denominado de "Crédito Outorgado" equivalente a 5% da base de cálculo das saídas interestaduais com venda de fertilizantes. A parcela correspondente ao crédito de 5% sobre as saídas com venda de fertilizante foi de R\$668 (31 de dezembro de 2020, R\$190). O valor em questão foi registrado na linha de ICMS incidente sobre vendas.

22. CUSTOS E DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Matérias-primas	(3.106.757)	(1.577.829)	(3.957.830)	(2.017.912)
Marcação a mercado de estoques e contratos futuros	(35.041)	57.488	(12.247)	74.578
Serviços prestados	(121.811)	(54.068)	(160.625)	(68.357)
Pessoal	(73.190)	(60.424)	(87.340)	(70.065)
Fretes	(102.091)	(60.726)	(113.882)	(65.068)
Materiais diversos de manutenção	(3.404)	(3.279)	(6.721)	(5.120)
Depreciação e amortização	(17.351)	(16.137)	(24.290)	(20.356)
Embalagens	(16.417)	(8.956)	(44.792)	(18.799)
Impostos e taxas	(3.847)	(3.641)	(4.426)	(4.267)
Viagens	(1.063)	(1.146)	(1.194)	(1.191)
Seguros	(135)	(106)	(684)	(499)
Aluguéis de máquinas e equipamentos	(6.388)	(5.302)	(10.519)	(9.406)
Amortização de mais valia de ativos identificados em combinação de negócios	-	-	(2.819)	(3.117)
Constituição (reversão) de perda estimada com devedores duvidosos	(221)	155	(258)	170
Constituição (reversão) para perda estimada na realização de outros ativos	(5)	239	(5)	254
Perda efetiva de outros ativos	(1.036)	(175)	(1.083)	(834)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(21.369)	(648)	(21.338)	(756)
Resultado na baixa de ativo imobilizado e mais valia sobre imobilizado	(13.724)	(204)	(14.059)	(474)
Perda estimada em ativo imobilizado	-	(4)	-	(4)
Ganho com vendas de imobilizado	6.358	-	6.358	-
Despesas com gás, água e energia	(14.123)	(8.677)	(16.400)	(10.031)
Comissão sobre vendas	(15.818)	(9.596)	(22.309)	(12.436)
Outros (custos e despesas) receitas	(4.705)	695	(6.884)	175
Total	(3.552.138)	(1.752.341)	(4.503.347)	(2.233.515)
Custo dos produtos vendidos	(3.462.551)	(1.703.470)	(4.411.597)	(2.181.927)
Gerais e administrativas	(52.661)	(18.910)	(54.032)	(18.894)
Despesas comerciais	(20.428)	(23.157)	(20.428)	(25.466)
Honorários da administração	(7.495)	(5.719)	(7.495)	(5.719)
Outras receitas (despesas), líquidas	(9.003)	(1.085)	(9.795)	(1.509)
	(3.552.138)	(1.752.341)	(4.503.347)	(2.233.515)

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Receitas financeiras</u>				
Receita de juros	2.118	2.140	2.700	2.490
Ajuste a valor presente	3.937	1.176	4.610	1.437
Outras receitas financeiras	850	1.142	1.463	1.291
	6.905	4.458	8.773	5.218
<u>Despesas financeiras</u>				
Despesas bancárias/IOF	(2.431)	(1.742)	(4.628)	(2.674)
Juros incidentes sobre arrendamento mercantil	(251)	(692)	(442)	(937)
Ajuste a valor presente	(52.503)	(25.070)	(69.920)	(33.503)
Despesa de juros	(12.118)	(7.229)	(14.943)	(9.525)
Outras despesas financeiras	(5.607)	(3.016)	(5.664)	(3.110)
	(72.910)	(37.749)	(95.597)	(49.749)
<u>Variação cambial</u>				
Instrumento financeiro derivativo - líquido	33.274	138.288	14.847	148.602
Variação cambial ativa	56.319	66.551	80.571	70.481
Variação cambial passiva	(91.988)	(209.618)	(137.965)	(294.484)
	(2.395)	(4.779)	(42.547)	(75.401)
Total resultado financeiro	(68.400)	(38.070)	(129.371)	(119.932)

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis, e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, algum julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

24.1. Classificação dos instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos a curto prazo, empréstimos e financiamentos. Essas transações são apresentadas no balanço pelo seu valor justo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado, conforme segue:

	Controladora					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo amortizado	Derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Total
<u>Ativos financeiros</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	34.725	-	34.725	16.448	-	16.448
Aplicações financeiras	5.433	-	5.433	-	-	-
Contas a receber de clientes	175.169	-	175.169	91.588	-	91.588
Contratos futuros	-	-	-	-	8.893	8.893
Total dos ativos	215.327	-	215.327	108.036	8.893	116.929
<u>Passivos financeiros</u>						
Fornecedores	140.410	-	140.410	32.833	-	32.833
Empréstimos e financiamentos	427.293	-	427.293	225.183	-	225.183
Contratos futuros	-	304.745	304.745	-	-	-
Partes relacionadas	750.293	-	750.293	339.260	-	339.260
Instrumentos financeiro derivativo	-	14.025	14.025	-	42.165	42.165
Total dos passivos	1.317.996	318.770	1.636.766	597.276	42.165	639.441
	Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo amortizado	Derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Total
<u>Ativos financeiros</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	50.135	-	50.135	29.963	-	29.963
Aplicações financeiras	5.433	-	5.433	-	-	-
Contas a receber de clientes	197.982	-	197.982	119.404	-	119.404
Contratos futuros	-	-	-	-	11.900	11.900
Total dos ativos	253.550	-	253.550	149.367	11.900	161.267
<u>Passivos financeiros</u>						
Fornecedores	225.227	-	225.842	36.534	-	36.534
Empréstimos e financiamentos	465.545	-	465.545	270.759	-	270.759
Contratos futuros	-	347.766	347.766	-	-	-
Partes relacionadas	1.480.323	-	1.480.323	701.117	-	701.117
Instrumentos financeiros derivativos	-	14.025	14.025	-	39.520	39.520
Total dos passivos	2.171.095	361.791	2.533.501	1.008.410	39.520	1.047.930

24.2. Valor contábil “versus” valor justo

Para todas as operações envolvendo instrumentos financeiros ativos e passivos, a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil se aproxima do valor de realização/liquidação naquela data. As operações de empréstimos e financiamentos referem-se basicamente a captações que preponderantemente estão indexadas a taxas pré-fixadas, assim, na hipótese da aplicação da metodologia de apuração de valor justo, o valor apurado não refletiria o valor de repasse daquela operação naquela data, uma vez que a taxa de desconto seria muito superior à taxa de correção. Desta forma, a Administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de uma eventual liquidação naquela data.

24.3. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia reconhece que certos riscos financeiros como variação na taxa de câmbio são inerentes ao seu negócio. Entretanto, a filosofia geral da Companhia é evitar riscos desnecessários e limitar, dentro do possível, quaisquer riscos associados às atividades do negócio.

O propósito da política da Companhia é garantir que as exposições do negócio ao risco que tenham sido identificadas, medidas e que sejam passíveis de serem controladas, sejam minimizadas, usando os métodos mais efetivos para eliminar, reduzir ou transferir tais exposições.

Os riscos de negócio identificados incluem principalmente:

- Risco de taxas de juros inerente às dívidas da Companhia.
- Risco cambial decorrente de ativos e de passivos, tais como: estoques, empréstimos, fornecedores no exterior, entre outros.

A política de gestão de riscos permite que a Companhia utilize instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de minimizar a exposição a riscos de mercado: câmbio e taxas de juros.

A utilização de derivativos é consistente com o negócio e os objetivos de gestão de risco da Companhia. Derivativos são utilizados para gerir o risco do negócio dentro de limites especificados pela política da Companhia e gerenciar as exposições que tenham sido identificadas através do processo de identificação e medição de risco. A utilização de derivativos não é automática, nem é necessariamente a única resposta para a gestão de risco do negócio.

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de mercado.

a) Risco de crédito

A Companhia e sua controlada podem incorrer na possibilidade de perdas com valores a receber oriundos de faturamentos de mercadorias. Para reduzir esse risco, a Companhia concede créditos aos clientes com base na política interna de crédito e cobrança.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima ao risco do crédito, conforme apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	34.725	16.448	50.135	29.963
Aplicações financeiras	5.433	-	5.433	-
Contas a receber de clientes	175.169	91.558	197.982	119.404
	<u>215.327</u>	<u>108.006</u>	<u>253.550</u>	<u>149.367</u>

Visando minimizar o risco de crédito relacionados a caixa e equivalentes de caixa, a Companhia e suas controladas concentram a maioria de suas transações de equivalentes de caixa em instituições financeiras com "rating" de risco acima da categoria A. Esses "ratings" foram instituídos pelas agências de risco Fitch Ratings, S&P e Moody's.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora		Consolidado	
	Menos de um ano	Mais de um ano	Menos de um ano	Acima de um ano
<u>Em 31 de dezembro de 2021</u>				
Fornecedores	140.410	-	206.894	18.333
Empréstimos e financiamentos	295.495	131.798	333.747	131.798
Adiantamentos de clientes	433.563	-	522.684	-
Arrendamento mercantil	1.006	195	1.395	1.179
Total	<u>870.474</u>	<u>131.993</u>	<u>1.064.720</u>	<u>151.310</u>
	Controladora		Consolidado	
	Menos de um ano	Mais de um ano	Menos de um ano	Acima de um ano
<u>Em 31 de dezembro de 2020</u>				
Fornecedores	32.833	-	36.534	-
Empréstimos e financiamentos	109.910	115.273	155.486	115.273
Adiantamentos de clientes	114.957	-	144.568	-
Arrendamento mercantil	1.290	2.226	1.733	3.629
Total	<u>258.990</u>	<u>117.499</u>	<u>338.321</u>	<u>118.902</u>

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços dos produtos, moedas e nas taxas de juros possam afetar a posição patrimonial e financeira da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Como parte da sua atividade, a Companhia incorre em riscos cambiais referentes à compra de matérias-primas importadas, bem como pela captação de empréstimos e financiamentos lastreados em moeda estrangeira (US\$), e contas a receber indexada em dólar. Para medir o impacto econômico de variações cambiais, foram efetuados cenários a seguir em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2021.

i) Análise de sensibilidade-risco cambial de dólar norte-americano

A Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável e desvalorizações cambiais de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II). Convém ressaltar que o cenário provável já se encontra refletido nas demonstrações financeiras da Companhia.

Controladora

Cotação em 31/12/2021 - R\$5,5805	Exposição 31/12/2021	Baixa do Dólar		Alta do Dólar	
		-25%	-50%	25%	50%
<u>Ativos indexados</u>					
Clientes	100.183	75.137	50.092	125.229	150.275
<u>Passivos indexados</u>					
Empréstimos	(314.946)	(236.210)	(157.473)	(393.683)	(472.419)
Partes relacionadas	(750.293)	(562.720)	(375.147)	(937.866)	(1.125.440)
Fornecedores externos	(131.473)	(98.605)	(65.737)	(164.341)	(197.210)
Efeito líquido	<u>(1.096.529)</u>	<u>(822.398)</u>	<u>(548.265)</u>	<u>(1.370.661)</u>	<u>(1.644.794)</u>

Consolidado

Cotação em 31/12/2021 - R\$5,5805	Exposição 31/12/2021	Baixa do Dólar		Alta do Dólar	
		-25%	-50%	25%	50%
<u>Ativos indexados</u>					
Clientes	106.664	79.998	53.332	133.330	159.996
<u>Passivos indexados</u>					
Empréstimos	(314.946)	(236.210)	(157.473)	(393.683)	(472.419)
Partes relacionadas	(1.480.323)	(1.110.242)	(740.161)	(1.850.403)	(2.220.483)
Fornecedores externos	(166.026)	(124.520)	(83.013)	(207.533)	(249.039)
Efeito líquido	<u>(1.854.631)</u>	<u>(1.390.974)</u>	<u>(927.315)</u>	<u>(2.318.289)</u>	<u>(2.781.945)</u>

ii) Análise de sensibilidade-risco taxa de juros

A Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável e desvalorizações das taxas de juros de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II). Convém ressaltar que o cenário provável já se encontra refletido nas demonstrações financeiras da Companhia.

	Exposição 31/12/2021	Taxa	%	Baixa		Alta	
				-25%	-50%	25%	50%
<u>Controladora</u>							
Ativos indexados:							
Aplicações financeiras	29.072	CDI	11.65%	28.225	27.379	29.919	30.765
Passivos indexados:							
Empréstimos e financiamentos	(348.943)	CDI	11.65%	(343.011)	(337.079)	(359.106)	(369.269)
Empréstimos e financiamentos	(78.350)	Libor	1,30%	(78.095)	(77.841)	(78.605)	(81.014)
Total	<u>(398.221)</u>			<u>(392.881)</u>	<u>(387.541)</u>	<u>(407.792)</u>	<u>(419.518)</u>
<u>Consolidado</u>							
Ativos indexados:							
Aplicações financeiras	35.206	CDI	11.65%	34.181	33.155	36.231	37.257
Passivos indexados:							
Empréstimos e financiamentos	(387.195)	CDI	11.65%	(375.918)	(364.641)	(398.472)	(409.749)
Empréstimos e financiamentos	(78.350)	Libor	1,30%	(78.095)	(77.841)	(78.605)	(78.859)
Total	<u>(430.339)</u>			<u>(419.832)</u>	<u>(409.327)</u>	<u>(440.846)</u>	<u>(451.351)</u>

iii) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável e desvalorizações cambiais de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II). Convém ressaltar que o cenário provável já se encontra refletido nas demonstrações financeiras da Companhia.

Controladora e Consolidado

	Exposição em 31/12/2021	Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido			
		Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
		-25%	-50%	25%	50%
Cotação do dólar	R\$5,5805	R\$4,185	R\$2,790	R\$6,976	R\$8,371
"Hedge/NDFs"	(12.526)	(9.395)	(6.263)	(15.658)	(18.789)
"Swap"	(1.499)	(1.124)	(750)	(1.874)	(2.249)
	<u>(14.025)</u>	<u>(10.519)</u>	<u>(7.013)</u>	<u>(17.531)</u>	<u>(21.038)</u>

24.4. Hierarquia de valor justo

Para o valor justo, mensurado e reconhecido no balanço, a IFRS 7, equivalente ao pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, requer a abertura para cada classe de instrumentos financeiros derivativos, bem como o seu valor justo mensurado. Para este fim, o pronunciamento, requer que a Companhia classifique seus instrumentos financeiros derivativos de acordo com as classes demonstradas abaixo, observando a importância e relevância dos "inputs" usados para a mensuração:

- Nível 1: valor justo obtido diretamente por cotações em mercados ativos.
- Nível 2: valor justo obtido pela aplicação de metodologia de cálculo que utilize dados e premissas observáveis em mercado ativo.
- Nível 3: valor justo obtido pela aplicação de metodologia de cálculo que utilize dados e premissas geradas internamente na Companhia.

A Companhia evidencia a seguir, os seus respectivos instrumentos financeiros mensurados a valor justo, bem como suas classificações nos níveis citados:

Em 31 de dezembro de 2021

<u>Controladora</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
<u>Instrumentos financeiros</u>					
Passivos:					
Contratos futuros	6	-	-	304.745	304.745
NDFs	24.5	-	12.526	-	12.526
"Swap"	24.5	-	1.499	-	1.499
Total		-	14.025	304.745	318.770
<u>Consolidado</u>					
<u>Instrumentos financeiros</u>					
Passivos:					
Contratos futuros	6	-	-	347.766	347.766
NDFs	24.5	-	12.526	-	12.526
"Swap"	24.5	-	1.499	-	1.499
Total		-	14.025	347.766	361.791

Em 31 de dezembro de 2020

<u>Controladora</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
<u>Instrumentos financeiros</u>					
Ativos:					
Contratos futuros	6	-	-	8.893	8.893
Passivos:					
NDFs	24.5	-	(6.075)	-	(6.075)
"Swap"	24.5	-	(36.090)	-	(36.090)
Total		-	(42.165)	8.893	(33.272)
<u>Consolidado</u>					
<u>Instrumentos financeiros</u>					
Ativos:					
Contratos futuros	6	-	-	11.900	11.900
Passivos:					
NDFs	24.5	-	(3.430)	-	(3.430)
"Swap"	24.5	-	(36.090)	-	(36.090)
Total		-	(39.520)	11.900	(27.620)

Os instrumentos financeiros, mensurados a valor justo, da Companhia e de sua controlada são agrupados no Nível 2 e Nível 3.

O valor justo do nível 3 é estimado usando informações sobre preços de mercados menos ativos. Para mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, são utilizados tanto inputs oriundos de mercados observáveis como não observáveis. Qualificam-se nesse nível os contratos de compra e venda de fertilizantes (commodities), contratos futuros, que são mensurados ao valor justo, mediante utilização de dados de mercado na data de apuração, referentes aos componentes que formam os preços de negociação destas operações.

24.5. Instrumentos financeiros derivativos– NDF e Swap

Os instrumentos financeiros derivativos têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e não são utilizados para fins especulativos.

Controladora

	31/12/2021			31/12/2020		
	Valor nocional		Valor justo	Valor nocional		Valor justo
	US\$	R\$		US\$	R\$	
"Swap"	42.712	238.357	(1.499)	13.075	67.948	(6.075)
NDFs	159.000	887.300	(12.526)	80.000	415.736	(36.090)
Total ativo (passivo)			<u>(14.025)</u>			<u>(42.165)</u>

Consolidado

	31/12/2021			31/12/2020		
	Valor nocional		Valor justo	Valor nocional		Valor justo
	US\$	R\$		US\$	R\$	
"Swap"	42.712	238.357	(1.499)	15.562	80.871	(3.430)
NDFs	159.000	887.300	(12.526)	80.000	415.736	(36.090)
Total ativo (passivo)			<u>(14.025)</u>			<u>(39.520)</u>

As perdas e os ganhos com as operações com derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado do exercício, considerando o valor justo desses instrumentos.

Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros derivativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Marcação a mercado de "swap"	4.576	(5.547)	1.931	(2.932)
Marcação a mercado de NDFs	23.564	(15.333)	23.564	(15.580)
Perdas (ganhos) realizados líquidos de NDFs	5.134	159.168	(10.648)	167.114
	<u>33.274</u>	<u>138.288</u>	<u>14.847</u>	<u>148.602</u>

25. SEGUROS

Abaixo demonstramos os seguros atualmente contratados pela Companhia, assim como sua cobertura:

Risco	Cobertura	Vencimento
Risco operacional	R\$80.000	28/06/2022
Responsabilidade civil	R\$10.800	30/04/2022
D&O	R\$28.000	30/04/2022
Transporte internacional	US\$500.000	31/08/2022
Seguro garantia	R\$5.024	10/04/2024

26. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Resumo das transações que não afetaram o caixa em 2021

- Constituição de ajuste a valor presente entre a rubrica "estoques" e a rubrica "Partes relacionadas", no montante de R\$27.548 (controladora) e R\$37.154 (consolidado).
- Constituição de arrendamento mercantil entre a rubrica "direito de uso" e a rubrica de "arrendamento mercantil", no montante de R\$1.770 (controladora e consolidado), conforme descrito na nota explicativa nº 18.

Resumo das transações que não afetaram o caixa em 2020

- Constituição de ajuste a valor presente entre a rubrica "estoques" e a rubrica "Partes relacionadas", no montante de R\$27.548 (controladora) e R\$37.154 (consolidado).
- Constituição de arrendamento mercantil entre a rubrica "direito de uso" e a rubrica de "arrendamento mercantil", no montante de R\$1.770 (controladora e consolidado), conforme descrito na nota explicativa nº 18.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 24 de fevereiro de 2022 teve início o conflito militar envolvendo a Rússia e a Ucrânia, cujos efeitos globais são ainda imprevisíveis. Em função do conflito, a Rússia e a Belarus, importantes players no mercado de fertilizantes e exportadores desses produtos, inclusive para o Brasil, estão sofrendo sanções econômicas impostas por diversos países. Essas sanções, associadas aos problemas logísticos oriundos da própria guerra, podem impactar a cadeia global de suprimentos de fertilizantes.

O Grupo Cibra, através de seu Comitê de Riscos, vem monitorando os possíveis impactos dos desdobramentos do conflito na sua cadeia de suprimentos e em suas operações. Em razão de possuir uma cadeia de suprimentos bastante diversificada, os fornecedores originários desses dois países não possuem representatividade significativa entre os fornecedores do Grupo. Adicionalmente, diversas ações estão sendo tomadas pela Administração do Grupo para mitigar possíveis prejuízos para Cibra e seus clientes, o que incluem a continuidade do processo de diversificação da cadeia de suprimentos e o controle minucioso da sua exposição à flutuação no preço dos fertilizantes no mercado internacional. Até o momento, a Administração não espera que o Grupo sofra impactos relevantes em decorrência do assunto.

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e concluíram que as referidas demonstrações financeiras traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovam em 17 de março de 2022.